



Navegador Contábil

Número 13 - 20 de agosto de 2010

Contabilização de operações de duplicata descontada e vendor

Introdução

Muitas empresas no Brasil, na administração de seu capital de giro, fazem uso de operações tais como desconto de duplicatas e vendor. A contabilização desse tipo de transação era feita, até antes da emissão dos novos CPCs, com contra-partida em conta retificadora do contas a receber ou, em alguns casos, levava à baixa do contas a receber.

Esta transação é tratada nos novos CPCs, especialmente o CPC 38 e no IAS 39, no contexto de baixa de ativos financeiros. Baixa de ativos financeiros é uma das áreas mais complexas no IAS 39, que é por si só um dos mais complexos pronunciamentos contábeis.

Baixa de ativos financeiros - conceitos relevantes

Para facilitar a aplicação dos conceitos sobre baixa de ativos financeiros o CPC 38/IAS 39 contém um fluxo de decisão (reproduzido no Anexo I deste Navegador Contábil) que auxilia na determinação se um ativo financeiro deve ser baixado e em que extensão. O fluxo de decisão deve ser aplicado obrigatoriamente seguindo a sua sequência, sem pular ou mudar a ordem. Embora o fluxo esteja dividido em seis etapas, ele foi desenhado considerando duas abordagens básicas: **riscos e benefícios e controle**. A abordagem de **controle** será aplicada somente no caso da abordagem de riscos e benefícios não prover uma resposta clara. Assim, a abordagem de riscos e benefícios, refletida especialmente na “quinta etapa” deve ser a primeira a ser adotada.

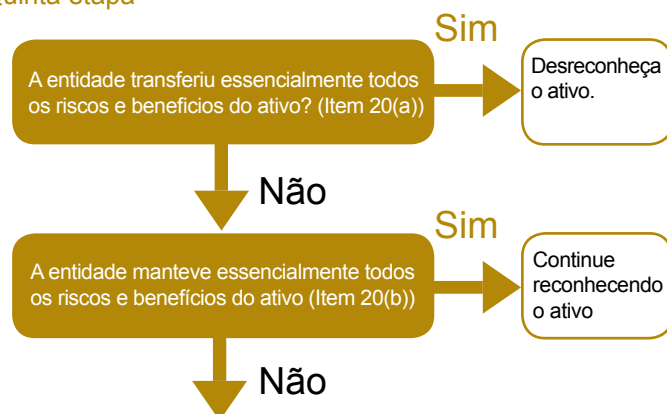
Entendemos que nos casos que queremos avaliar (duplicatas descontadas e vendor) a abordagem de riscos e benefícios em geral nos dará uma resposta clara. Dessa forma, neste número do Navegador Contábil (NC) vamos trabalhar com essa premissa.

Aspectos práticos do fluxo de decisão

Para que possamos explicar os conceitos acima, vamos trabalhar com alguns exemplos, conforme descrito abaixo, aplicando o fluxo sobre eles. Para fins didáticos, estamos assumindo que as quatro primeiras etapas do fluxo seguiram sem problemas e chegamos até a quinta etapa.

Extraímos do fluxo de decisão a “quinta etapa”, que é a relevante para nos ajudar a trabalhar alguns aspectos práticos da aplicação do conceito riscos e benefícios.

Quinta etapa



Antes de começar a aplicar o fluxo, respondendo às perguntas acima, é necessário que se faça a identificação dos principais riscos dos ativos financeiros. Como exemplos, portanto não exaustivos, de riscos financeiros típicos de um contas a receber temos:

- risco de crédito
- risco cambial
- risco de taxa de juros

Agora vamos aplicar o fluxo em alguns exemplos.

Assumir que a Empresa A passou pelas quatro etapas anteriores

Exemplo 1

A Empresa A tem contas a receber de clientes de R\$ 100 mil com vencimento em 90 dias. A administração decidiu efetuar o desconto das correspondentes duplicatas junto a uma instituição financeira, recebendo por isso R\$ 92 mil. A Empresa A, conhece os seus clientes e ao descontar as duplicatas, deu à instituição financeira o direito de regresso, ou seja, caso a duplicata não seja paga, a Empresa A pagará à instituição financeira.

Resposta:

Vejamos a aplicação do fluxo.

A entidade transferiu essencialmente todos os riscos e benefícios do ativo?

R: Não, uma vez que o risco de crédito ficou retido.

A resposta negativa nos leva à próxima pergunta:

A entidade manteve essencialmente todos os riscos e benefícios do ativo?

R: SIM, uma vez que o risco de crédito, que é o principal (e quase único) risco ficou retido. O SIM me leva a seguinte resposta

“Continue reconhecendo o ativo”.

Resumindo, considerando que o contas a receber está em reais e tem prazo de vencimento curto (90 dias), o maior e quase único risco financeiro atrelado a essas contas a receber é o risco de crédito. Uma vez que este risco não é transferido, o contas a receber permanece no balanço da Empresa A e, em contrapartida ela recebe um empréstimo no valor de R\$ 92 mil e reconhece despesa financeira (de R\$ 8 mil) ao longo dos 90 dias.

Exemplo 2

O mesmo que o Exemplo 1 acima, exceto pelo fato de que a instituição financeira não tem o direito de regresso, ou seja, o risco do não pagamento está com a instituição financeira. Por outro lado, Empresa A recebeu um valor menor: R\$ 88 mil.

Resposta:

Vejamos a aplicação do fluxo.

A entidade transferiu essencialmente todos os riscos e benefícios do ativo?

R: Sim, uma vez que o risco de crédito, que é o principal (e quase único) foi transferido.

A resposta positiva nos leva à seguinte conclusão: “Desreconheça o ativo”

Resumindo, considerando que o contas a receber está em reais e tem prazo de vencimento curto (90 dias), o maior e quase único risco financeiro atrelado a essas contas a receber é o risco de crédito. Uma vez que este risco foi de fato transferido para a instituição financeira, as contas a receber são baixadas e a Empresa A reconhece no resultado, imediatamente, uma despesa financeira no valor de R\$ 12 mil.

Exemplo 3

Mesmo que Exemplo 1, exceto que a Empresa A deu à instituição financeira o direito de regresso de até 4% das perdas, ou seja, caso a duplicata não seja paga, até 4% do total das contas a receber descontadas, a Empresa A pagará à instituição financeira. A perda histórica (últimos 10 anos) da empresa A com contas a receber de clientes é de 2%.

Resposta:

Vejamos a aplicação do fluxo.

A entidade transferiu essencialmente todos os riscos e benefícios do ativo?

R: Não, uma vez que o risco de crédito ficou substancialmente retido, especialmente porque a perda histórica é de 2% e a empresa garante 4%, muito acima da perda histórica.

A resposta negativa nos leva à próxima pergunta:

A entidade manteve essencialmente todos os riscos e benefícios do ativo?

R: SIM, uma vez que o risco de crédito, que é o principal (e quase único) risco, ficou substancialmente retido. O SIM me leva a seguinte resposta

“Continue reconhecendo o ativo”.

Exemplo 4

Mesmo que Exemplo 3 acima, exceto que a Empresa A deu à instituição financeira o direito de regresso de até 2% das perdas.

Resposta:

Vejamos a aplicação do fluxo.

A entidade transferiu essencialmente todos os riscos e benefícios do ativo?

R: Não, uma vez que uma parte relevante do risco de crédito ficou retido, especialmente porque a perda histórica é de 2% e a empresa garante 2%, que é a perda histórica.

A resposta negativa nos leva à próxima pergunta:

A entidade manteve essencialmente todos os riscos e benefícios do ativo?

R: NÃO, uma vez que embora a perda histórica seja de 2%, qualquer perda acima da perda histórica está agora com a instituição financeira. Neste caso não podemos afirmar que o risco de crédito, que é o principal (e quase único) risco, ficou substancialmente retido. Este é o tipo de situação em que dizemos que a empresa não transferiu, mas também não reteve, parte substancial dos riscos.

O NÃO me leva a “Sexta Etapa” do fluxo de decisão, ou seja, preciso avaliar a transferência seguindo a abordagem de controle. A abordagem de controle leva ao reconhecimento bruto (envolvimento contínuo) ou ao reconhecimento líquido (passivo correspondente aos riscos retidos). Como dissemos acima, neste número do Navegador Contábil não vamos analisar a abordagem de controle, que é complexa, o qual deverá ser tratada em uma futura edição desta publicação.

Abordagem de riscos e benefícios - Situações mais complexas

Acima nós trabalhamos com exemplos mais simples para explicar o conceito e aplicar o fluxo de decisão de uma maneira didática. Entretanto, a avaliação dos riscos e benefícios nem sempre é simples e a administração deve fazer a análise caso a caso, analisando os termos do contrato (a forma), sem perder a sua essência. A baixa de um ativo financeiro requer que a exposição da empresa aos riscos e benefícios seja substancialmente alterada. Exemplos mais complexos onde uma entidade retém substancialmente os riscos e benefícios sobre um ativo:

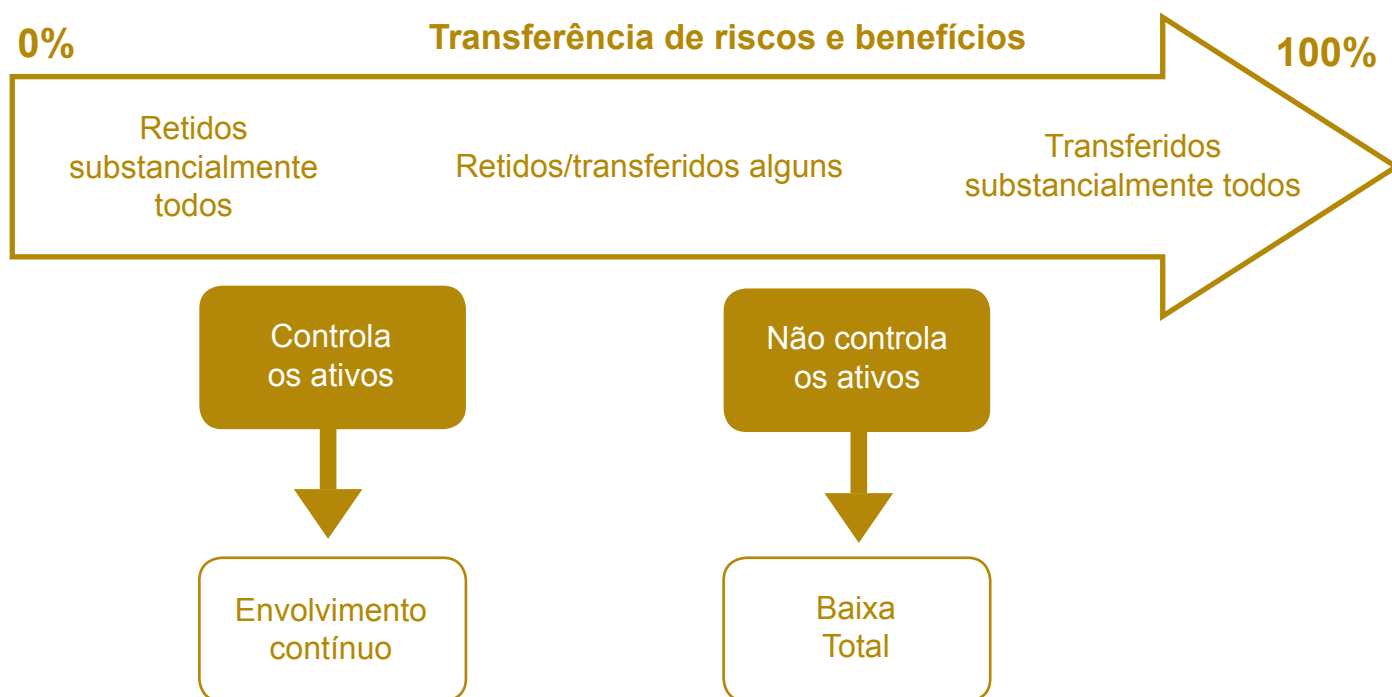
- Transação de venda e compromisso de recompra quando o preço de recompra é fixo ou corresponde ao preço de venda mais uma remuneração típica de um empréstimo (por exemplo, transações conhecidas como “Repo”);
- A venda de um ativo financeiro feita concomitantemente com a contratação de um total

return swap, que tem o efeito de transferir de volta para o vendedor a exposição aos riscos do ativo vendido; e

- A venda de um ativo financeiro juntamente com uma opção de compra ou venda altamente “in-the-money”, de tal forma que é altamente provável que ela seja exercida e o risco, em suma, retorne para o vendedor.

Em situações mais complexas, a transferência dos riscos e benefícios é avaliada a partir da exposição da empresa antes e depois da transferência, as variações nos valores e prazos dos fluxos de caixa líquidos. Sempre que a determinação se uma entidade transferiu o reteve substancialmente os riscos e benefícios do ativo financeiro não for óbvia, a administração deve fazer uma avaliação quantitativa, ou seja, calcular e comparar os fluxos de caixa líquidos antes e depois da transferência. Quando necessário, peça ajuda a especialistas, pelo menos nas primeiras avaliações.

Diagrama das Etapas quinta (“riscos e benefícios”) e sexta (“controle”)



As opiniões manifestadas neste informativo são preparadas para orientação geral e não constituem consultoria ou opinião profissional. A decisão sobre determinado tratamento contábil é de responsabilidade da administração. Outros profissionais da área e reguladores podem ter opiniões diferentes das manifestadas neste informativo. Alterações futuras nas normas e interpretações podem afetar os comentários e conclusões aqui incluídos. Em caso de dúvida, consulte um especialista.

Anexo I (anexo ao Navegador Contábil número 13)

Fluxo extraído do parágrafo AG 36 da norma NBC T 19.32 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e equivalente a igual parágrafo do CPC 38 e do IAS 39.

